

## **Pensar a democracia: o Movimento Feminino pela Anistia, as Mães da Praça de Maio e os intelectuais**

Adriana das Graças de Paula\*

O tema a ser apresentado faz parte da minha pesquisa realizada no mestrado sobre os significados de democracia formulados pelo Movimento Feminino pela Anistia, no Brasil, e pelas Mães da Praça de Maio, na Argentina, durante a transição dos regimes autoritários, entre os anos de 1970 e 1980. O estudo buscou analisar de que maneira e por que razões os dois grupos passaram a tratar de democracia em seus discursos, identificando as relações entre os significados e as reivindicações levantadas por ambas as entidades durante a ditadura.

Para esta comunicação, o objetivo é examinar o contexto em que essas ideias foram criadas, comparando com as perspectivas de democracia levantadas por outros grupos políticos e sociais, como os intelectuais. Trata-se, enfim, de investigar a articulação entre direitos humanos e democracia feita pelo Movimento Feminino pela Anistia e pelas Mães da Praça de Maio, reconstituindo o lugar desses dois grupos em um debate em que se definia a construção de democracia nesses países.

### **O Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de Maio**

A violência, as prisões arbitrárias e os desaparecimentos desencadeados pelo aparelho repressor se constituíram como fatores fundamentais para o surgimento do Movimento Feminino pela Anistia e das Mães da Praça de Maio, ambos os grupos organizados e compostos por mulheres.

O Movimento Feminino pela Anistia foi criado em 1975 em São Paulo, quando oito mulheres, dentre elas Therezinha Zerbine, elaboraram, em março daquele ano, o documento “Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia”, no qual defendiam que fosse concedida a anistia para todos que haviam sido atingidos pelos atos de exceção.

Na Argentina, em 1977, um grupo de mães de desaparecidos, liderado por Azucena Villaflor de De Vicenti, decidiu ir a Praça de Maio a fim de ser visto pelas autoridades e de obter dessas as informações sobre o paradeiro dos filhos desaparecidos.

Ao longo da luta, as duas organizações criaram estratégias, estabeleceram seus objetivos e divulgaram opiniões e ideias acerca dos principais acontecimentos da vida política e socioeconômica de seus países. Dentre esses fatos, a questão democrática, levantada inicialmente por intelectuais e políticos, passou a ocupar cada vez mais espaço nas declarações de ambos os movimentos.

Utilizando-se de seus canais de comunicação, como o boletim *Maria Quitéria*, do Movimento Feminino pela Anistia, e o boletim *Madres de Plaza de Mayo*, pertencente à entidade das mães argentinas, essas mulheres expuseram as suas concepções de democracia, estabelecendo as características desse regime político e os pontos fundamentais para que ele pudesse ser implantado e consolidado na sociedade.

A introdução da temática democrática nos comunicados desses dois grupos evidencia que a democracia não foi apenas definida e debatida por intelectuais durante a chamada transição política. Ela acabou sendo, também, tratada por outros grupos sociais que, aproveitando-se das mudanças introduzidas ao regime autoritário, começaram a organizar uma etapa de luta destinada a fazer da abertura política uma transição à democracia.

### **A democracia como problema: intelectuais**

Na América Latina, durante os anos 1950 e 1970, o desenvolvimentismo e as teorias da dependência representaram os principais eixos de discussão entre os intelectuais ligados às Ciências Sociais. A democracia, naqueles anos, não era um assunto que ocupava um espaço privilegiado nesses debates. Quando era analisada, em muitas vezes, ela era vista como consequência do nível de desenvolvimento econômico e social do país.

A reviravolta da democracia começou a partir de meados da década de 1970, quando não apenas se tornou o tema hegemônico nos estudos dos intelectuais, mas também passou a ser pensada e definida sobre outros

paradigmas. Os novos aportes científicos empregados para estudar a democracia libertavam-na dos condicionamentos econômicos, passando a examiná-la por meio de fatores majoritariamente políticos.

Dentre as principais causas que explicam as mudanças de concepções de democracia observadas naqueles anos, podem-se citar o autoritarismo vivido sob os regimes militares, as modificações ocorridas nas Ciências Sociais e as transformações da própria sociedade. Enfim, uma alteração de concepção que dependeu tanto do contexto político nacional e internacional quanto do próprio desenvolvimento do campo social e simbólico da sociedade.

Em relação à primeira dessas causas, o autoritarismo das novas ditaduras, ao cercear as liberdades, consolidar a violência e manter fora do jogo político grande parte da sociedade, serviu como base para que os intelectuais pensassem a democracia como uma perspectiva oposta a essas práticas. Viver sob a democracia era viver, então, sob um regime político que garantia as liberdades e os direitos, que respeitava a dignidade humana e que admitia a diversidade.

Essa ideia de democracia passou a aparecer na produção intelectual como resultado das experiências pessoais marcadas pelo exílio, prisão, censura, desaparecimentos e mortes. Como aponta Norbert Lechner<sup>1</sup>, a valorização da democracia, realizada nos primeiros anos da década de 1970 pelos intelectuais, conformou-se mais em uma experiência pessoal do que em uma construção teórica acerca da democracia. Ela se iniciou e foi se concretizando através de um duplo processo caracterizado pela crítica a um passado marcado pelo autoritarismo político e pela autocrítica ao papel protagonista da revolução sob o viés da estratégia guerrilheira.

A derrota dos grupos armados e a violência usada pelo Estado contra a própria sociedade abriram o caminho para um movimento de transformação que culminou no rechaço à violência como forma tradicional de ação política e na ascensão da democracia como a possibilidade mais eficaz de luta contra a ditadura.

Foi em fins da década de 1970 e princípios da década de 1980 que os cientistas sociais latino-americanos começaram a elaborar teorias sobre a democracia, utilizando, para isso, as novas chaves de interpretação do campo de conhecimento.

A democracia, assim, foi sendo interpretada como um “método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de um governo e para a formação das decisões políticas, ou seja, das decisões que abrangem a toda a comunidade”<sup>2</sup>. Nesse rol de preceitos, deviam constar as funções desempenhadas pelas instituições, as regras para o exercício do poder (limitações e responsabilidades) e as regras para os participantes (partidos políticos, cidadãos).

A nova conceituação teórica da democracia recorreu a leituras, feitas à luz de novas interpretações, de diferentes obras. Dentre elas, as obras clássicas de Jean Jacques Rousseau<sup>3</sup>, contendo ideais sobre o contrato social, a igualdade e a liberdade; o trabalho do austríaco Joseph Schumpeter<sup>4</sup> e sua ênfase na competição entre as elites políticas; além dos teóricos pluralistas Robert Dahl, que chamava atenção para o critério da participação, e Norberto Bobbio, que destacava as regras de procedimentos regidos pela democracia.

Tomando o princípio da cidadania como referência, os intelectuais da América Latina desenvolveram uma vasta e rica reflexão teórica sobre a democracia. Diferentes abordagens surgiram durante esse contexto. No entanto, a democracia ainda não era uma realidade em muitos desses países, como o Brasil e a Argentina. Vivia-se, naquele momento, fins da década de 1970 e meados da década seguinte, a transição. Enquanto a democracia era vista como uma possibilidade política para a região, a transição era encarada como uma fase decisiva do jogo político. Nessa fase, era necessário pensar os principais atores, as ações e as estratégias políticas responsáveis por desencadear o processo de democratização.

A tarefa complexa de edificar um regime democrático implicava também na identificação e no rompimento com os fundamentos da ordem autoritária. Fundamentos que, antes de serem encontrados e consolidados na ditadura, tinham, segundo os intelectuais, suas raízes fincadas em um período anterior. Nesse sentido, o trabalho consistia em tratar dos obstáculos como as tradições políticas autoritárias, mas também considerar tanto a natureza do regime militar, ou seja, seus aspectos institucionais, como o seu legado (mortes, prisões, desaparecidos, crise econômica) e as condições criadas por mudanças políticas e sociais durante a transição.

A multiplicidade das análises sobre a transição e o regime democrático foram as marcas dessa produção. Nomes como os de Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso, Marilena Chauí, Florestan Fernandes, Carlos Nelson Coutinho e José Álvaro Moisés, no Brasil, e de Guillermo O'Donnell, Liliana de Riz, Juan Carlos Portantiero, Oscar Moreno e Daniel Delgado, na Argentina, destacaram-se ao indicar os princípios essenciais para a construção desse regime em seus países.

Liberdade, participação, vigência dos direitos humanos e cidadania eram os eixos das teorias democráticas, os pontos de convergência entre os intelectuais. Pensar a democracia implicava pensar um regime formado desses e para esses princípios.

A variedade de leituras sobre a democracia e os vários projetos de transição não decorreram de interpretações que desconsideravam alguns desses eixos. As diferenças derivaram de como foram concebidos e valorizados tais princípios, em razão das análises feitas sobre a ditadura, a dinâmica política, as tradições políticas autoritárias e as ações e as reivindicações dos setores sociais.

Isso não significa afirmar que a diversidade de enfoques não tenha ocorrido dentro das fronteiras nacionais. Mas que o sentido de democracia nesses países foi construído a partir de alguns princípios avaliados como fundamentais pelos intelectuais, pelos políticos e pela sociedade.

No Brasil, os intelectuais encontraram na exclusão dos setores populares o caráter autoritário do sistema político. Na ditadura, esse traço se expressou pela restrição das representações políticas. E mesmo que tenham sido mantidas as eleições parlamentares, essas eram controladas e limitadas pelos militares. Configurada essa situação, o caminho para a democracia no país passava necessariamente pela liberdade de participação política. Nesse caso, ainda que houvesse diferenças entre o grupo liderado por Fernando Henrique Cardoso e o encabeçado por Francisco Weffort, para os intelectuais brasileiros, garantida a participação de forma igualitária a todos, as massas poderiam lutar pela ampliação e pela conquista de direitos sociais<sup>5</sup>.

Na Argentina, a luta pela defesa dos direitos humanos permitiu estabelecer uma nova relação entre esses direitos e a política. A nova forma de “fazer política” tinha que ser pautada por valores que tomavam como referência

a defesa da vida e o respeito pela liberdade. Em nenhum caso, um fim deveria justificar o emprego de meios que comprometessem os direitos humanos e que ratificavam a política como um jogo de facções e como espaço da violência. Nesse sentido, a implantação da democracia não se restringia apenas aos planos da competição e da participação. Ela correspondia também à vigência dos direitos humanos individuais e coletivos. Esse último princípio constituiu o ponto de encontro de intelectuais e militantes de direitos humanos na Argentina.

Na Conferência sobre Sistema Político e Democratização” ocorrida em Buenos Aires, em agosto de 1983, Oscar Oszlak se referiu à recriação da cena pública, um ambiente que ia se povoando de velhos e de novos atores. Os primeiros eram os sindicatos e partidos políticos, como os tradicionais Partido Justicialista e a União Cívica Radical. E os novos atores, os movimentos sociais, sobretudo os de direitos humanos. Para Oszlak, esses novos atores, além de lutarem para que determinados interesses e valores prevalecessem, expressavam novas modalidades de “fazer política”<sup>6</sup>. Em relação a essa nova forma de participação política, Daniel R. Garcia Delgado observou que não se tratava de uma reivindicação de poder, mas do estabelecimento de uma solidariedade baseada no direito à vida, na mobilização permanente e no descarte do uso da violência. Ao se dirigirem para o Estado e para os partidos políticos, esses movimentos sinalizavam a urgência da construção de um conjunto de valores que conformasse as diretrizes da ação política<sup>7</sup>, opondo-se, assim, a lógica de um “poder manipulador, coativo, instrumental e ilegítimo”.

### **A democracia para o Movimento Feminino pela Anistia e para as Mães da Praça de Maio**

A elaboração de significados de democracia feita pelo Movimento Feminino pela Anistia e pelas Mães da Praça de Maio ocorreu em um momento em que aquele regime passou a ser valorizado e suas características apresentadas por forças políticas e sociais. Desse modo, essa elaboração foi se fazendo a partir dos princípios considerados prioritários, muitos deles apresentados pelos intelectuais, para a construção da democracia e dos objetivos defendidos pelos grupos de mulheres. Para esse trabalho, ambos os grupos realizaram duas etapas fundamentais: identificar o ponto comum entre a

democracia requerida e a luta desenvolvida pela organização e transformar as reivindicações do movimento em condições para o estabelecimento da democracia.

No Brasil, a ênfase na participação popular ganhou espaço com a Campanha pela Constituinte, iniciada em agosto de 1977 pelo jornal *Movimento*. Essa participação era vista como condição necessária para que a Constituinte e, conseqüentemente, a Constituição fossem consideradas legítimas, servindo aos interesses da maioria da população.

Em seu depoimento ao Caderno sobre a Constituinte lançado pelo jornal, Therezinha Zerbine tratou da necessidade de perceber a anistia como condição fundamental para que houvesse a liberdade e a participação de todos. Ao tomar a bandeira pela Constituinte em 1977, o Movimento Feminino pela Anistia passou a construir um discurso que reconhecia a primazia da anistia na transição à democracia. Se essa se caracterizava pela participação política de todos, tornava-se inaceitável a exclusão daqueles que haviam sido cassados e se encontravam exilados ou presos. Nesse sentido, a anistia se conformava como pressuposto principal para a transição e para a democracia:

A Anistia virá restaurar direitos que foram lesados. Quando cassaram pessoas, nelas foram cassadas correntes de pensamento, e não é admissível que um novo pacto social seja elaborado com a ausência destas correntes, que quer queiram ou não, fazem parte da nacionalidade<sup>8</sup>.

Em setembro de 1978, o Movimento Feminino pela Anistia, os Comitês Brasileiros pela Anistia e outras organizações redigiram a “Carta de Salvador”, que abordava a opressão econômica e política vivida pelos trabalhadores. O documento considerou legítimas as lutas por melhores condições de vida e vinculou a luta pela anistia a essas mobilizações. O marco fundamental dessa Carta foi reorganizar um discurso que tornava a anistia uma bandeira de todos esses protestos. Com o objetivo de transformar a luta em movimento de massas, a anistia foi apresentada como condição imprescindível para a conquista das “liberdades democráticas”, dentre elas, liberdade de associação e de organização dos trabalhadores em seus sindicatos, locais de trabalho e residência.

A “Carta de Salvador”, mesmo que tenha sido estruturada para formalizar os objetivos da anistia, apresentou as bases fundamentais sobre as quais seria construída a democracia. E o que era essa democracia? Em primeiro lugar, o reconhecimento da existência da diversidade e do conflito de interesses. Assim, para a democratização, o movimento pela anistia exigia o desmantelamento do aparato repressivo e da legislação autoritária, o fim das torturas e o estabelecimento das leis e mecanismos de livre participação e representação popular<sup>9</sup>. Em segundo, a legitimidade da participação popular, assunto bastante discutido entre os intelectuais brasileiros. Tanto Fernando Henrique Cardoso como Francisco Weffort definiram a marginalidade das massas como um dos aspectos autoritários da política nacional. Permitir que a voz popular fosse ouvida, através de seus representantes ou de seus movimentos sociais, constituía um dos grandes desafios da democracia no País.

A campanha pela anistia, ao rearticular a sua luta à democracia e aos protestos dos setores populares, transformou-se numa bandeira de diferentes mobilizações. Essa campanha e a eclosão de protestos públicos contra a ditadura consagraram, na cena pública, os direitos, alimentaram a esperança com relação às potencialidades das ações políticas da sociedade e conclamaram a cidadania plena a todos os brasileiros como base fundamental para a construção democrática.

Diante dessa mobilização da sociedade, o Movimento Feminino pela Anistia foi reorganizando o discurso da entidade sobre a anistia, buscando relacioná-la a essa concepção de democracia. A ideia de anistia foi deixando de ser restrita aos presos políticos para ser entendida como uma luta pela liberdade, por direitos e pela cidadania para a maioria do povo:

A anistia por que nos batemos não se restringe ao significado jurídico do termo, isto é, não é apenas a luta pela libertação de determinado número de presos políticos, mas é, sobretudo, um combate pela anistia do povo brasileiro.<sup>10</sup>

Para a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, a democracia era uma “divergência saudável”<sup>11</sup>, uma vez que admitia o convívio de ideias



diferentes e garantia àqueles que as possuíam o direito de expressá-las sem medo. Esse direito fazia da democracia o regime que melhor garantia a “atuação do cidadão em sua comunidade”, visando à ampliação e à conquista de direitos.

No entanto, apontar essas potencialidades da democracia ia além de uma mera valorização ao regime. Isso permitiu a esse grupo de mulheres redefinir a própria luta pela anistia de duas maneiras. A primeira consistiu em projetar para a democracia o cumprimento de algumas reivindicações, como a punição dos torturadores e a elucidação da situação dos mortos e desaparecidos políticos, que eram levantadas pelos Comitês Brasileiros pela Anistia. Dessa maneira, ao mesmo tempo que não desconsiderava a importância desses assuntos, o Movimento os colocava como questões prioritárias da e na democracia. Distinguindo o que poderia ser feito naquele momento daquilo que deveria ser feito após a redemocratização, a entidade reforçava a ideia de anistia como forma de pacificação da família brasileira e retirava o peso que aqueles temas poderiam ter em seus discursos sobre a anistia. A segunda tinha como objetivo evitar o enfraquecimento do movimento pela anistia que ganhava as ruas em 1979. Nessa ocasião, a proposta de surgimento de novos partidos foi criticada e tratada como parte de uma série de confusões para esvaziar a campanha. Mesmo reconhecendo o direito dos setores populares de organizarem suas representações partidárias, a criação de um partido dos trabalhadores era vista como algo a ser concretizado na democracia.

Na Argentina, em maio de 1982, o editorial do boletim das Mães da Praça de Maio abordou o conflito bélico entre o país e a Inglaterra pela posse das Ilhas Malvinas, ao mesmo tempo em que reiterou a defesa dos direitos humanos. Para o grupo, os procedimentos empregados no desaparecimento das pessoas, isto é, o sequestro, a prisão e a tortura não podiam ser esquecidos devido ao estado de beligerância vivido pelo país.<sup>12</sup>

O tom enfático em que foi tratado o sofrimento dos familiares de desaparecidos marcou os textos que compuseram o periódico dessa edição. Em um dos artigos, argumentou-se que, depois de finalizada a guerra, informar sobre os desaparecimentos seria o primeiro ato de soberania democrática.<sup>13</sup>

Essa não tinha sido a primeira vez que a democracia foi citada em uma declaração das Mães da Praça de Maio. Ter uma Argentina democrática que respeitasse os direitos fundamentais do homem era um dos grandes desejos enunciados pelo grupo. Anseio que surgiu numa conjuntura onde a reivindicação pela democracia começava a ser articulada por atores políticos e sociais e que se desenvolveu nos momentos que antecederam o anúncio da guerra.

Na passagem da década de 1970 para a década de 1980, na Argentina, constituiu-se uma oposição ao regime, formado pelo setor político, pela ala sindical, por intelectuais e pelos movimentos de direitos humanos. No meio intelectual, o tema democracia se instalou a partir de 1979, coincidindo com o surgimento de revistas de crítica literária e de revistas especializadas em assuntos políticos, como a “*Crítica & Utopia*”. No cenário político, o assunto tomou corpo com a organização da Multipartidária em 1981. Os dirigentes radicais e peronistas lançaram um documento rechaçando a instituição militar e estabelecendo a necessidade de luta para a transição democrática.

Essa oposição heterogênea, dentro dos parques e vigiados limites, conseguiu levar para a cena pública temas como os desaparecimentos, o alto custo de vida, o desgaste da economia, a democracia e outras críticas contra a ditadura. O auge desses protestos, sem dúvida, ocorreu em 30 de março de 1982, dia em que a Confederação Geral do Trabalho (CGT) realizou um ato que foi fortemente reprimido.

Mesmo que houvesse as contradições e as diferenças de objetivos, a democracia e o problema dos desaparecimentos foram os assuntos fundamentais dessa oposição. O primeiro era tratado majoritariamente pelos partidos políticos e por ex-militantes da esquerda revolucionária. E o segundo, pelas entidades de direitos humanos.

A democracia, para os partidos políticos, significava o retorno dos civis ao poder. Em seus discursos, adotaram a procura do consenso e do pluralismo os valores essenciais dessa democracia. Para os ex-militantes, ela era o regime que melhor garantia a liberdade individual, porque combatia o autoritarismo e negava a violência como forma de fazer política. Foi justamente o uso dessa violência o ponto mais criticado pelos movimentos de direitos humanos. A lógica do aparato repressor, responsável pelo desaparecimento e

pela morte de milhares de argentinos precisava ser esclarecida, informada pelas autoridades, pois seu uso constringia os direitos fundamentais do homem.

O rechaço à violência compunha o discurso ético das entidades de direitos humanos e o discurso de parte da oposição política democrática mais progressista. A partir desse ponto em comum, o problema dos desaparecimentos e a democracia começaram a ser articulados, configurando-se como expressões de resistência e luta contra o autoritarismo<sup>14</sup>. Nos organismos de direitos humanos, sobretudo os formados por familiares, foi a ideia de democracia, sustentada na garantia à vigência dos direitos básicos da pessoa, o aspecto apropriado do discurso democrático. A democracia não passou a ser a única bandeira dessas organizações. A referência desse regime em seus discursos tinha como propósito enriquecer e legitimar a principal demanda dessas entidades: saber sobre o paradeiro e a situação das vítimas. Em uma solicitação de familiares de Jujuy, um dos estados da Argentina, pode ser observado como foi feita essa apropriação. No documento, a solução do problema dos desaparecidos apareceu como prioridade, porque ela representava uma forma de defender a vida, a verdade e a justiça, três eixos sobre os quais se construía a democracia.<sup>15</sup>

Com o anúncio da Guerra das Malvinas, as posições que haviam desencadeado o protesto de março de 1982 foram alteradas. As críticas foram substituídas e no lugar delas foi levantada uma rede de apoio e convivência, principalmente dos partidos políticos, para com o regime. A declaração do conflito interrompeu o clima de protestos, obstruindo o momento em que o reclamo à democracia e o problema dos desaparecimentos começaram a ser articulados, ainda que de maneira frágil.

Esvaziado o que María Maltilde Ollier denominou de microcampo da oposição<sup>16</sup>, restaram às entidades de direitos humanos e ao Movimento de Renovação e Mudança, liderado por Raúl Alfonsín, continuar suas lutas contra as arbitrariedades e a mais recente manobra da ditadura. As Mães da Praça de Maio utilizaram seu boletim na edição de maio para reiterar o problema dos desaparecidos. Para a entidade, a guerra não apagava as violações cometidas pelas Forças Armadas. A única alteração que ela causava era retardar a solução desses casos, cujas informações seriam requeridas quando fosse

superado o estado de beligerância. Por isso, o grupo declarou que, depois de recuperada a paz, resolver o problema dos desaparecimentos seria o primeiro ato democrático. Nessa afirmação, a intenção das Mães não era informar que lutariam pela democracia no pós-guerra, mas utilizar a ideia de democracia para legitimar a demanda por esclarecimentos. Nesse caso, repetia-se um argumento que foi se construindo no momento antecedente ao anúncio da guerra, ou seja, numa conjuntura de valorização da democracia trazida pelos intelectuais e por militantes das esquerdas.

Com a derrota da Argentina nas Malvinas, o regime militar entrou em colapso. Em meio à decomposição do regime, a bandeira da recuperação da democracia foi abraçada pela maioria dos argentinos e os movimentos de direitos humanos começaram a impor as suas demandas. A força e a legitimidade com que esses organismos conduziram suas demandas transformaram a violação dos direitos humanos numa questão central no debate público.

Se a democracia como regime tornava-se cada vez mais iminente, a questão dos desaparecimentos, para essas entidades, tinha que ser convertida em um dos pontos mais importantes da agenda da transição democrática. Em um comunicado assinado por oito entidades de denúncia, dentre elas as Mães da Praça de Maio, foram feitas algumas previsões ao novo regime, caso fosse brindada a impunidade:

“Estamos transitando para a democracia. Esta não poderá se desenvolver de maneira sólida e estável se não se reconhece ao povo o direito de investigar a Verdade e aplicar a Justiça garantindo, assim, que o horror padecido durante anos não volte a se repetir”.<sup>17</sup>

Novamente, os dois assuntos, democracia e violações dos direitos humanos, que haviam sido projetados antes da guerra ressurgiram no momento posterior ao insucesso das Malvinas. Entretanto, no pós-guerra, os movimentos de direitos humanos cresceram em legitimidade, e a democracia, com a convocação das eleições e o início da campanha eleitoral, parecia estar a poucos passos de ser conquistada. Dada a importância, os dois temas

ganharam cada vez mais espaços nas reflexões teóricas realizadas pelos intelectuais e pelo grupo político liderado por Raúl Alfonsín. Nesses trabalhos, os reclamos e as diferentes estratégias e ações dos movimentos de direitos humanos tornaram-se a matéria-prima, ainda que não fosse a única, para se pensar a refundação de uma democracia que representasse definitivamente o corte de uma tradição política autoritária.

Para os cientistas sociais Oscar Oszlak, Vicente Palermo e Daniel R. Garcia Delgado, as formas de ações desenvolvidas pelos grupos de denúncia expressavam uma nova forma de “fazer política” que valorizava a participação, a pluralidade e o direito à vida. Esse três elementos iam de encontro às tradições que haviam caracterizado a política no país: violência, elitismo e exclusão. Ao lutarem pela dignidade da pessoa, os novos movimentos sociais sinalizavam a necessidade de prevalecer um conjunto de valores que orientasse a ação política da sociedade e das instituições, no sentido de respeitar as liberdades e os direitos básicos do homem. Nessa perspectiva, os intelectuais realizaram uma leitura dessas demandas como demandas ético-valorativas e converteram os direitos humanos em um ponto-chave de construção de uma cultura democrática e tolerante na Argentina. A vigência desses direitos tinha que ser entendida como um princípio tão fundamental como os princípios da participação e da competição na política democrática.

As Mães da Praça de Maio, nesse contexto de agitação gerado pela campanha eleitoral e pela expectativa em torno do fim da ditadura, utilizaram novamente a ideia de democracia para ratificar a prioridade da questão dos desaparecimentos. Numa carta dirigida ao diretor da revista “Humor”, Andrés Cascioli<sup>18</sup>, as Mães consideraram o respeito à vida humana um dos elementos fundamentais da democracia e estabeleceram a justiça e a verdade como as duas condições para o fortalecimento desse regime. Precisamente justiça e verdade eram as duas demandas do grupo. A primeira se referia aos julgamentos dos responsáveis pelos casos de desaparecimentos; e a segunda, às informações sobre o ocorrido, o paradeiro dos desaparecidos e a identificação dos culpados. Na carta, as demandas foram convertidas em condições da democracia, uma conversão possível, porque a justiça e a verdade foram apresentadas pela entidade como atos pelo direito e respeito à vida. A partir dessa relação entre democracia, justiça e verdade, o grupo

justificava a necessidade de repudiar a Lei de autoanistia e a morte por decreto dos desaparecidos, como assinalava o Informe final da Junta Militar.

As Mães da Praça de Maio foi fazendo da referência à democracia um tipo de estratégia essencial para demarcar o sentido e a importância da luta da entidade. Se antes das Malvinas, a citação de democracia serviu para sustentar o reclamo por esclarecimento, se no período pós-guerra, ela validava a condenação dos crimes efetuados pelas Forças Armadas, no governo constitucional iniciado pelo governo de Raúl Alfonsín, a construção do seu significado representava o discurso das Mães da Praça de Maio frente a uma política de direitos humanos.

Assim, a partir da vitória de Alfonsín nas eleições de 1983 e em meio ao otimismo com a democracia, manifestado por grande parte da sociedade e pelo governo, um dos caminhos utilizados pelas Mães da Praça de Maio para fazer frente à política de direitos humanos foi tratar de democracia e tornar válida a representação construída pela própria entidade desse regime. Citando os princípios de liberdade, igualdade e direito à vida, caros à democracia, o grupo das Mães foi legitimando o reclamo por justiça e por verdade, ao mesmo tempo que projetava e defendia uma ideia de democracia que tinha naquelas demandas seus pilares fundamentais.

Defender os direitos humanos foi o sentido da luta realizada pelo Movimento Feminino pela Anistia e pelas Mães da Praça de Maio. Ele se expressou através do reclamo por anistia, proferido pelo grupo de mulheres brasileiras, e por justiça e verdade, coroado pelo grupo de mães argentinas.

Pensar a democracia foi um dos desdobramentos dessa luta. A tarefa se iniciou quando intelectuais, estudantes, ex-militantes e políticos levantaram a bandeira da democracia contra a ditadura e o autoritarismo e apresentaram como seus princípios fundamentais: as liberdades, a participação e a vigência dos direitos humanos. Relacionando esses princípios democráticos aos objetivos das entidades femininas, essas transformaram as suas exigências em condições imprescindíveis para a conquista da democracia. A anistia se tornou o primeiro passo para o processo de redemocratização no Brasil; e a justiça e a verdade, os eixos fundadores da democracia na Argentina.

A articulação entre democracia e direitos humanos feita por essas entidades se concretizou de acordo com a dinâmica política, com a mobilização

da sociedade, com a maneira pela qual a questão democrática foi delineada pelos intelectuais, com as propostas que levariam à democracia e, claro, com a interpretação dos grupos de mulheres sobre alguns desses elementos. Se, no Brasil, a problemática de uma política elitista, alheia à participação popular foi apontada pelos acadêmicos como o grande desafio da democracia no País, o Movimento Feminino pela Anistia passou a enfatizar a importância da anistia para a liberdade e o restabelecimento de direitos, inclusive de participação, daqueles que os encontravam cerceados. Se, na Argentina, a edificação da democracia se sustentava na recusa à violência política e na punição aos que a praticava, as Mães da Praça de Maio ratificaram a necessidade de promover a justiça e os castigos dos responsáveis pelos crimes cometidos durante a ditadura.

Nesse contexto, o Movimento Feminino pela Anistia destacou as liberdades e a cidadania os pontos comuns da democracia e da luta pela anistia. As Mães da Praça de Maio indicaram o direito à vida como o elo entre suas demandas e a democracia.

---

\* Mestre em História Social, USP, professora de História, [adrianagep@yahoo.com.br](mailto:adrianagep@yahoo.com.br)

<sup>1</sup> LECHNER, Norbert. De la revolución a la democracia. Revista *Leviatán*, Madrid, nº21, out.1985.

<sup>2</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Democracia. *Dicionário político*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995, p.326.

<sup>3</sup> ROUSSEAU, Jean- Jacques. *Do Contrato Social: ou princípios do direito político*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

<sup>4</sup> SHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

<sup>5</sup> LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, v.8, n.14/15, p. 57-92, 2001.

<sup>6</sup> OSZLAK, Oscar. Privatización autoritaria y recreación de la escena pública. In: *Proceso, crisis y transición democrática*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1987, p.42.

<sup>7</sup> DELGADO, Daniel R. García. Nuevos patrones de participación política en procesos de transición de la democracia. In: OSZLAK, Oscar(org). *Proceso, crisis y transición democrática*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1987, p.102.

<sup>8</sup> ZERBINE, Therezinha., *Anistia: semente da liberdade*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979, p.116.

<sup>9</sup> Ibidem.

<sup>10</sup> Ibidem, p.230.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 253

<sup>12</sup> El 2 de abril. *Boletim Oficial del Movimiento Madres de Plaza de Mayo*, Buenos Aires, año III, n.10, maio 1982, p. 4

<sup>13</sup> Actualidad nacional en derechos humanos. *Boletim Oficial del Movimiento Madres de Plaza de Mayo*. Buenos Aires, año III, n.10 maio 1982, p.23

<sup>14</sup> PUCCIARELLI, Alfredo R. Declinación política y degradación institucional de la joven democracia. La cuestión militar durante la primera etapa de la presidencia de Raúl Alfonsín. In: ANSALDI, Waldo. *La Democracia en América Latina: um barco a la deriva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007, p.239-287.

<sup>15</sup> *Boletim Oficial del Movimiento Madres de Plaza de Mayo*, maio 1982, p. 37.

<sup>16</sup> OLLIER, María Matilde. *De la revolución a la democracia: cambios privados, públicos y políticos de la izquierda argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

---

<sup>17</sup> *Amnistia es dar impunidad a la represión*. Buenos Aires, julho de 1983.

<sup>18</sup> GORINI, Ulises. *La Rebelión de las Madres*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006, p. 617.